

**READING LAW AS NARRATIVE:
by Assnat Bartor**

Pettersen Brey*

RESENHA DO LIVRO:

BARTOR, Assnat. **Reading Law as Narrative: A Study in the Casuistic Laws of the Pentateuch.** (Ancient Israel and Its Literature). Atlanta: SBL – Society of Biblical Literature, 2010, 219p.

Introdução

Propõe-se, aqui, uma resenha crítica do livro de Assnat Bartor, intitulado “Reading Law as Narrative: A Study in the Casuistic Laws of the Pentateuch” (*Lendo a lei como narrativa: um estudo das leis casuísticas do Pentateuco*), de 2010, pela SBL – Society of Biblical Literature, ainda sem tradução para o Português. Pretende-se avaliar, no âmbito desse breve texto, a pertinência da referida obra para o campo da exegese bíblica, porquanto, em perspectiva da índole narrativa de um dos objetos de estudo mais importantes da teologia – a Torá –, a interpretação das leis bíblicas pode, também, ser considerada uma crítica literária, conquanto seja monitorada por ferramentas metodológicas teologicamente ajustadas. O desenvolvimento, portanto, dessa abordagem ao livro de Bartor percorrerá as seguintes etapas: (1) a autora; (2) a obra; (3) considerações finais.

1. A autora

Assnat Bartor nasceu em 1960 em Tel Aviv, Israel. Formada em Direito pela Tel Aviv University (1982), cumpriu o serviço militar israelense (1983–1985), compondo o Corpo de Advogados-Gerais Militares. Posteriormente (1985–1997), atuou, de maneira autônoma, como advogada de defesa criminal. No final deste período, por ocasião da preparação da defesa de um cliente, entrevistou uma testemunha que era acadêmica da área das leis bíblicas. Resumindo a história, Bartor ficou tão impressionada com o ofício daquela testemunha, que decidiu, pouco tempo depois, encerrar as atividades de seu escritório de advocacia e se dedicar aos estudos acadêmicos acerca da legislação do Antigo Israel no âmbito da Bíblia Hebraica.¹ Destarte, cursou (1996–2000) mestrado em estudos bíblicos pela Tel Aviv University, cujo título da pesquisa foi “Judicial Elements in Biblical Dialogue” (*Elementos judiciais no diálogo bíblico*), e, na sequência (2001–2006), cursou seu doutorado na mesma instituição, cuja pesquisa resultou no título do livro que está, aqui, sendo resenhado.

De 1998 a 2001, Bartor atuou como professora assistente do departamento de Bíblia da Tel Aviv University; de 2001 a 2012, atuou como professora de estudos bíblicos na Tel Aviv University; de 2006 a 2008, atuou como professora de direito bíblico na Faculdade de Direito da Tel Aviv University; de 2008 a 2012, atuou como professora de estudos bíblicos no Instituto Schechter de Estudos Judaicos em Jerusalém; de 2009 a 2010, atuou como professora de direito bíblico na Faculdade de Direito, IDC Herzliya. Além disso, de 2010 a 2012, assumiu trabalho jurídico na ACRI (Associação de Direitos Cívicos em Israel) e no “Yesh Din”. Durante esse período, Bartor recebeu diversos prêmios e financiamentos de pesquisa, apresentou-se em dezenas de conferências internacionais ligadas às mais renomadas instituições de pesquisa

* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Membro do Grupo de Pesquisa TIAT (Tradução e Interpretação do Antigo Testamento) CNPq da PUC-SP.

¹ HAARETZ. **Was Biblical Law Nothing More Than Literature?** Disponível em: <<https://www.haaretz.com/2014-10-07/ty-article/.premium/was-biblical-law-nothing-more-than-literature/0000017f-e735-d62c-a1ff-ff7f29480000?v=1668001281644>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

acerca da exegese bíblica, publicou dezenas de títulos em diversos periódicos e editoras especializadas em literatura do Antigo Israel, das quais, pode-se citar – conhecido pelo presente resenhista – o capítulo intitulado “Law and Narrative” (*Lei e Narrativa*) integrante do “The Oxford Handbook of Biblical Law” (2019). Ademais, Bartor é membra: (1) Israel Bar Association (*Ordem dos Advogados de Israel*); (2) World Union of Jewish Studies; (3) SBL – Society of Biblical Literature; (4) Jewish Law Association.²

2. A obra

O livro “Reading Law as Narrative: A Study in the Casuistic Laws of the Pentateuch” (*Lendo a lei como narrativa: um estudo das leis casuísticas do Pentateuco*) possui 219 páginas e é dividido em cinco capítulos, precedidos por – respectivamente – lista de abreviaturas, agradecimentos e introdução, e sucedidos pela conclusão, bibliografia, e índices de autores, passagens bíblicas e assuntos. Os capítulos estão distribuídos da seguinte maneira: (1) “The Laws of the Pentateuch as ‘Embedded Stories’” (*As Leis do Pentateuco como “Histórias Incorporadas”*), com 6 páginas; (2) “The Lawgiver as Narrator” (*O Legislador como Narrador*), com 61 páginas; (3) “Representation of Speech: The Mimetic Illusion” (*A Representação da Fala: A Ilusão Mimética*), com 47 páginas; (4) “Representation of Inner Life: The Lawgiver as Psychologist” (*Representação da Vida Interior: O Legislador como Psicólogo*), com 29 páginas; (5) “Point of View” (*Ponto de Vista*), com 19 páginas.

O livro de Bartor explora a relação entre a lei e a narrativa. De acordo com a argumentação da autora, as histórias e narrativas são uma parte essencial da lei, de forma que a compreensão da lei como narrativa pode ajudar a torná-la mais acessível e compreensível. Bartor começa seu livro explorando a ideia de que a lei é frequentemente vista como uma linguagem especializada, composta de jargões e termos técnicos que podem ser difíceis de entender para as pessoas em geral. Segundo ela, as narrativas são uma parte essencial da lei, pois elas ajudam a dar sentido e significado às decisões judiciais, porquanto as narrativas podem ser usadas para criar uma conexão emocional com a lei, permitindo que as pessoas se envolvam com as questões jurídicas em um nível mais pessoal.³

Outrossim, o livro examina como a linguagem da lei pode ser compreendida como uma forma de narrativa. Bartor assevera que a linguagem legal, muitas vezes, se assemelha à linguagem da literatura, com personagens, enredos e reviravoltas dramáticas. Ela afirma que a compreensão dessa dimensão narrativa da lei pode ajudar a torná-la mais acessível e compreensível para leigos.⁴

O livro discute vários exemplos de como a narrativa é usada na lei, desde casos criminais até disputas civis. Uma destas situações, que a autora usa para ilustrar essa ideia, é o caso *Roe vs. Wade*, que legalizou o aborto nos Estados Unidos. Bartor assevera que a narrativa apresentada no caso – que uma mulher tem o direito de tomar suas próprias decisões sobre seu corpo – teve um impacto significativo na maneira como as pessoas se relacionam com a lei do aborto nos Estados Unidos.

A autora também discorre sobre como a linguagem e a narrativa da lei podem mudar ao longo do tempo, refletindo as mudanças nas atitudes e crenças da sociedade. Por exemplo, ela discute como a narrativa em torno da pena de morte mudou nos últimos anos, à medida que

² TEL AVIV UNIVERSITY – DEPARTMENT OF BIBLE. Assnat Bartor. Disponível em: <<https://english.tau.ac.il/profile/bartoras>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

³ Tal perspectiva é, também, compartilhada por Peter Brooks (2002), em seu artigo intitulado “Narrativity of the Law”, onde se aborda a importância do contexto narrativo fundante das legislações.

⁴ Nesta perspectiva, Bartor tem proximidade ao pensamento de James Boyd White (1985), em seu livro intitulado “The Legal Imagination”, onde ele argumenta que a lei pode ser compreendida como uma forma de literatura. Ele explora como a linguagem e a narrativa da lei podem ser usadas para criar uma imagem da justiça e do direito que seja mais significativa para as pessoas leigas.

mais pessoas questionam a eficácia e a ética da pena de morte.⁵ Além disso, ela explora situações em que a articulação narrativa pode se tornar negativa, caso a justiça não tenha domínio da relação entre a linguagem e a narrativa legal.⁶

No que concerne ao conjunto legal da Bíblia Hebraica, entretanto, os argumentos resultantes dos estudos de Bartor – sobretudo acerca da constituição literária das leis do Pentateuco –⁷ asseveram que a lei bíblica nada mais era do que literatura teológica, visto que, no âmbito do Antigo Israel, existiam as Escrituras e as leis que regiam a vida das pessoas. De acordo com Bartor, no entanto, as duas não eram a mesma coisa. Depreende-se, sinteticamente, no horizonte dos referidos estudos, que a prática judiciária do dia a dia era regida por leis orais que regulamentavam minúcias jurídicas que transcendiam as leis do Pentateuco. É provável que muitos juízes, a exemplo da maioria da população, não eram alfabetizados, de forma que a literatura jurídica era restrita a camadas mais nobres da sociedade.⁸

Não obstante, de acordo com Bartor, a literatura jurídica constituinte da Torá não deve ser considerada apenas como mero entretenimento literário, porquanto, em vista de sua integração com as narrativas fundantes da sociedade do Antigo Israel, tais textos expressam os ideais de justiça israelita. Conquanto não seja presumível que as leis do Pentateuco tenham servido como código na aplicação prática e cotidiana do direito, elas se constituem como expressão da ética que caracteriza toda a sabedoria hebraica. A sofisticação literária, portanto, destes textos delineiam a intencionalidade teológica do arcabouço legal das narrativas do Pentateuco.

3. Considerações finais

Bartor conclui que o requintado trabalho de composição das camadas legais alinhavadas com o drama das personagens das narrativas da Torá são propositais para dar vida e memória a estes preceitos. Todavia, independente de se aceitar a totalidade das asserções de Bartor, é evidente a interdependência literária que existe entre as leis e as narrativas do Pentateuco, de modo que uma confere sentido a outra. Desta forma, é razoável que se diga que o livro, aqui resenhado, constitui-se como uma ferramenta de grande valia para o ofício do exegeta dos textos legais da Bíblia Hebraica.

Referências

BARTOR, Assnat. *Law and Narrative*. In: BARMASH, Pamela (Ed.). **The Oxford Handbook of Biblical Law**. New York: Oxford University Press, 2019, pp. 217-231.

⁵ Acerca deste aspecto, o pensamento de Bartor encontra aderência ao que assevera Martha Minow (1990), acerca de as narrativas serem essenciais para a construção da lei e da justiça. Em seu livro intitulado “Making All the Difference: Inclusion, Exclusion, and American Law”, ela se dedica a demonstrar como as narrativas são usadas na lei para construir identidades sociais e políticas.

⁶ Neste ponto, Bartor se aproxima do pensamento de Richard Delgado e Jean Stefancic (2004), que, em seu livro intitulado “Understanding Words That Wound”, argumentam que a linguagem da lei é frequentemente usada para perpetuar preconceitos e discriminação. Eles exploram como as narrativas da lei podem ser usadas para criar uma imagem distorcida da realidade.

⁷ Essa ideia é expandida por Bartor (2019) em uma publicação mais recente, intitulada “Law and Narrative” (publicada no *The Oxford Handbook of Biblical Law*, pp. 217-231).

⁸ Tal perspectiva encontra aderência no pensamento de Gershon Hepner (2010), no livro intitulado “Legal Friction: Law, Narrative, and Identity Politics in Biblical Israel”, no qual se observa o relevo artístico da literatura jurídica do Antigo Israel.

BROOKS, Peter. *Narrativity of the Law*. **Law and Literature**, v. 14, n. 1, pp. 1-10, (2002). Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.1525/lal.2002.14.1.1>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Understanding Words That Wound**. Abingdon: Routledge, 2004.

HAARETZ. **Was Biblical Law Nothing More Than Literature?** Disponível em: <<https://www.haaretz.com/2014-10-07/ty-article/.premium/was-biblical-law-nothing-more-than-literature/0000017f-e735-d62c-a1ff-ff7f29480000?v=1668001281644>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

HEPNER, Gershon. **Legal Friction: Law, Narrative, and Identity Politics in Biblical Israel**. New York: Peter Lang Inc.; International Academic Publishers, 2010.

MINOW, Martha. **Making All the Difference: Inclusion, Exclusion, and American Law**. Ithaca: Cornell University Press, 1990.

TEL AVIV UNIVERSITY – DEPARTMENT OF BIBLE. **Assnat Bartor**. Disponível em: <<https://english.tau.ac.il/profile/bartoras>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

WHITE, James B. **The Legal Imagination**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

Recebido em: 05/04/2024
Aprovado em: 30/09/2024